

**CONTRATO CEDAE N.º 071 /2018 (DF)**

Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, sediada na Rua Bahia, nº 309, Parque Pauliceia, Duque de Caxias-RJ, CEP: 25.070-030, inscrita no CNPJ sob o nº 10.380.412/0001-58, neste ato por meio de sua Sócia Administradora ao final assinada, Srª. LORENA GUIMARÃES BORBA DE LIMA, portadora da carteira de Identidade nº 28351256-4 DIC RJ, inscrita no CPF sob n. 989.844.381-20, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços de **"GESTÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES DA CEDAE, LOTE II: SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA DIA E NOITE – DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO"**, com fundamento no **Processo Administrativo nº E-07/100.389/2018**, mediante **Dispensa de Licitação n. 007/2018 - DF**, justificada no inciso IV, parágrafo único do art. 24 da Lei 8.666/93, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 8.666 de 1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A **CONTRATADA** obriga-se a executar, para a **CEDAE**, a **"GESTÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES DA CEDAE, LOTE II: SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA DIA E NOITE – DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO"**, obedecendo aos itens, subitens documentos Anexos a este contrato, bem como todas as instruções fornecidas pela **CEDAE** e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, aceitação, penalidades, rescisão contratual e pagamentos, estabelecidas neste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

O prazo de vigência deste contrato será de **180 (cento e oitenta) dias** contados da ordem de início que vier a ser produzida pela **CEDAE**, podendo ser emitida após a publicação do ato ratificador desta contratação na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

Constituem obrigações da **CEDAE**: realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato; fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato; exercer a fiscalização do contrato; receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br





A CONTRATADA deverá conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente.

**Parágrafo Primeiro** - A CONTRATADA deverá prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela CEDAE.

**Parágrafo Segundo** - A CEDAE, face ao parágrafo 2º do artigo 71 da lei nº 8.666/93 alterada pelo Art. 4º da Lei nº 9.032/95 de 28/04/95, exigirá da CONTRATADA, quando da quitação da fatura ou nota fiscal da etapa da prestação dos serviços, cópia autenticada da guia de recolhimento dos encargos previdenciários - GRPS quitada, comprovante do depósito do FGTS e respectiva folha de pagamento dos serviços realizados na etapa faturada.

**Parágrafo Terceiro** - Para efeito da cláusula anterior, a CONTRATADA deverá elaborar folha de pagamento exclusiva, para os serviços contratados, conforme preconizado no parágrafo 4º do art. 31 da Lei nº 8.212/91 de 24/07/91, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 9.032/95 de 28/04/95.

**Parágrafo Quarto** - Será obrigação da CONTRATADA manter durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

**Parágrafo Quinto** - A CONTRATADA deverá prestar sem quaisquer ônus para a CEDAE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

**Parágrafo Sexto** - A CONTRATADA deverá responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.

**Parágrafo Sétimo** - Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

**Parágrafo Oitavo** - A CONTRATADA se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

**Parágrafo Nono** - Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);

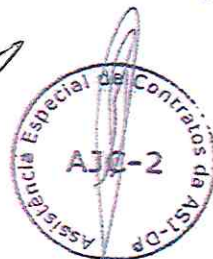
**Parágrafo Décimo** - Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante. ....	5%.



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
[www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)





**Parágrafo Décimo Segundo** - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata o parágrafo nono da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

**Parágrafo Décimo Terceiro** - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o Parágrafo Décimo Primeiro da cláusula quarta deste Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

**Parágrafo Décimo Quarto** - A aplicação dos percentuais constantes da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, incidirão somente para os cargos administrativos.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Código Orçamentário: 33903923  
Programa de Trabalho: 2200022016  
Fonte de Recursos: 10  
C. Custos: DF00000000  
Conta Contábil: 411110309  
ID da Reserva Orçamentária: 2018000742

#### **CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO**

Ao presente contrato, em regime de empreitada por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 3.202.905,00 (três milhões, duzentos e dois mil, novecentos e cinco reais)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária, conforme tabela abaixo.

#### **LOTE II**

#### **VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DESARMADA**

Quantidade de postos 12x36		Valor Posto	Valor Mensal	Valor Total
Diurno 7h às 19h	29	R\$ 8.805,21	R\$ 255.351,09	R\$ 1.532.106,54
Noturno 19h às 07h	29	R\$ 9.602,29	R\$ 278.466,41	R\$ 1.670.798,46
<b>Total</b>	<b>58</b>			<b>R\$ 3.202.905,00</b>

#### **TOTAL LOTE II**

DESCRIÇÃO POSTO	VALOR TOTAL 24 MESES
<b>VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DESARMADA DIA E NOITE</b>	<b>R\$ 3.202.905,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 3.202.905,00</b>

\*a planilha com custo unitário encontra-se detalhada às fls. 705/706 do processo administrativo E-07/100.389/2018 e anexada ao presente instrumento.

**Parágrafo Primeiro** - No preço ajustado na cláusula anterior já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, todos os encargos, tributos, inclusive os referentes às legislações fiscal, tributária e trabalhista, lucros, materiais, equipamentos, adicional por trabalho noturno, fardamento, despesas com



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br





valores transportes, tickets refeição, seguro de vida, assistência médica, treinamentos e quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços.

**Parágrafo Segundo** - A presente contratação será executada a preço fixo e irrevogável.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**Parágrafo Primeiro** - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da CEDAE. Deverão ser obedecidas toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

**Parágrafo Segundo** - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo segundo, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;
- b) definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

**Parágrafo Terceiro** - O representante da CEDAE, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

**Parágrafo Quarto** - A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo Quinto** - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

**Parágrafo Sexto** - A execução dos serviços terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início).

**Parágrafo Sétimo** - Não será admitida a cessão ou sub-rogação ou subcontratação dos serviços.

**Parágrafo Oitavo** - A CONTRATADA compromete-se em atender todas as determinações da Fiscalização da CEDAE.

**Parágrafo Nono** - A Fiscalização da execução dos serviços caberá à CEDAE, através de prepostos por ela indicados, o que não eximirá a CONTRATADA de sua total e indivisível responsabilidade.





**Parágrafo Décimo** - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata o parágrafo décimo primeiro e décimo quarto, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**Parágrafo Primeiro:** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**Parágrafo Segundo:** A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

**Parágrafo Terceiro** - A **CONTRATADA** será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, as seguintes comprovações:

- a) Pagamento das verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento;
- b) Pagamento em dia do vale-transporte e do auxílio alimentação de seus empregados;
- c) Anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social de seus empregados;
- d) Prova de regularidade com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

**Parágrafo Quarto** - A contratada será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

**Parágrafo Quinto** - A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos Parágrafos Terceiro e Quarto ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado. A ausência de apresentação documental impedirá a obtenção do recibo de adimplemento previsto na Ordem de Serviço nº 14.393/2017 com a consequente suspensão do prazo para pagamento, nos termos do parágrafo quarto da cláusula nona.

**Parágrafo Sexto** - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**Parágrafo Sétimo** - No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão





contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

#### **CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados em parcelas, mediante crédito em conta bancária mantida pela CONTRATADA no Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados.

No caso do CONTRATADO estar estabelecido em localidade que não possua agência do Banco Bradesco S/A ou caso verificada pela CEDAE a impossibilidade, em razão da negativa expressa do Banco Bradesco S/A, abrir ou manter conta corrente nesta instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Neste caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela futura contratada.

**Parágrafo Primeiro** - Os pagamentos somente serão autorizados após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma ao art. 90, § 3º, da Lei 287/79.

**Parágrafo Segundo** Os pagamentos serão efetuados sobre os serviços efetivamente executados, cujas medições deverão estar devidamente acompanhadas das respectivas memórias de cálculo.

**Parágrafo Terceiro** - O pagamento das faturas, acompanhadas do documento de cobrança, será efetuado pela CEDAE no 30º (trigésimo) dia, após a data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante demonstração pela contratada do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, relativas aos empregados vinculados ao contrato referente ao mês anterior à data do pagamento, devendo a fatura ser aceita (atestada) ou recusada no máximo em 03 (três) dias pela fiscalização, após a apresentação desta.

**Alínea a** - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o Parágrafo Nono e parágrafo décimo quarto, da cláusula quarta da Minuta de Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato

**Parágrafo Quarto** - A demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas consiste na apresentação de comprovante de recolhimento mensal ao FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos relativos à mão de obra empregada no contrato, previstos no Parágrafo Terceiro da cláusula oitava desta Minuta de Contrato.

**Parágrafo Quinto** - Satisfeitas as obrigações previstas nos Parágrafos Segundo, Terceiro e Quarto, o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega do documento de crédito, isento de erros, à Comissão de Fiscalização

**Parágrafo Sexto** - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**Parágrafo Sétimo** - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br





O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da CEDAE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

**Parágrafo Primeiro** - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, cabendo à Administração o reconhecimento de seus direitos em caso de rescisão administrativa, conforme Art. 55, inciso IX e Art. 77 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

**Parágrafo Segundo** - O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão; a subcontratação parcial ou total dos serviços constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

**Parágrafo Terceiro** - A rescisão de que tratam os artigos 77 e 78, I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, se opera por ato unilateral da CEDAE (Art. 79, inciso I) sem que caiba à CONTRATADA, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito à indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da CEDAE.

**Parágrafo Quarto** - Não havendo culpa da CONTRATADA para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, de conformidade com o parágrafo 2º do Art. 79 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

**Parágrafo Quinto** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**Parágrafo Sexto** - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

**Parágrafo Sétimo** - Na hipótese de rescisão do contrato, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados.

**Parágrafo Oitavo** - A CEDAE se reserva o direito de rescindir a presente contratação tão logo se conclua o procedimento licitatório já instaurado para o mesmo objeto, o que será feito sem qualquer indenização por perdas e danos à CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

**Parágrafo Primeiro** - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br





- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta E;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

**Parágrafo Segundo** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

- a) Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

**Parágrafo Terceiro** - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado do Ambiente.

**Parágrafo Quarto** - A multa administrativa, prevista na alínea b, do Parágrafo Primeiro:

- a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) deverá, nas reincidências específicas, corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.
- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

**Parágrafo Quinto:** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c" do parágrafo primeiro, observará o seguinte:

**Parágrafo Sexto** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE, prevista na alínea c, do Parágrafo Primeiro, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.





c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sétimo da cláusula oitava.

**Parágrafo Sétimo** - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, prevista na alínea d, do Parágrafo Primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**Parágrafo Oitavo** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

**Parágrafo Nono** - Se o valor das multas previstas na alínea b, do Parágrafo Primeiro e do Parágrafo Sétimo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**Parágrafo Décimo** - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

a) Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

b) A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

b.1) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do Parágrafo Primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo parágrafo.

c) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**Parágrafo Décimo Segundo** - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.





**Parágrafo Décimo Terceiro** - As penalidades serão registradas pela CEDAE no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

**Parágrafo Décimo Quarto** - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

**Parágrafo Décimo Quinto** - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada na hipótese de não apresentação da documentação exigida no parágrafo terceiro da Cláusula Oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO**

A CEDAE poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da CONTRATADA poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

**Parágrafo Primeiro** - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

**Parágrafo Segundo** - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a CEDAE poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao valor da multa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**Parágrafo Único** - Caso a CEDAE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante a CEDAE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**Parágrafo Primeiro** - É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela CONTRATADA, sem prévia autorização judicial.





**Parágrafo Segundo** - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**Parágrafo Primeiro** - A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 56 da Lei 8.666/93.

**Parágrafo Segundo** - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

**Parágrafo Terceiro** - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

**Parágrafo Quarto** - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**Parágrafo Quinto** - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I. Todos os prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- II. Multas punitivas aplicadas à CONTRATADA;
- III. Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- IV. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

**Parágrafo Sexto** - Se a CONTRATADA optar pelo "seguro-garantia", deverá prestá-lo na modalidade "**Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço**" para cobertura dos itens I a III do parágrafo anterior, em percentual correspondente a 1% (um por cento), complementada com a garantia adicional na modalidade "**Seguro-Garantia de Ações Trabalhistas e Previdenciárias**" para o item IV, em percentual de 4% (quatro por cento), sendo o parâmetro de ambas garantias o valor atualizado do contrato.

**Parágrafo Sétimo** - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da CEDAE à CONTRATADA, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterá as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total dos bens entregues.

**Parágrafo Oitavo** - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à CONTRATADA formular tal solicitação.

**Parágrafo Nono** - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.





**Parágrafo Décimo** - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

**Parágrafo Décimo Segundo** - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo VII da OS n. 14.927/2017.

**Parágrafo Décimo Terceiro** - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

**Parágrafo Décimo Quarto** - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

**Parágrafo Décimo Quinto** - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE**

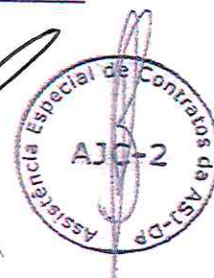
**Parágrafo Primeiro** - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

**Parágrafo Segundo** - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da **CEDAE**, presente no link [www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa).

**Parágrafo Terceiro** - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

**Parágrafo Quarto** - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.





**Parágrafo Quinto** - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

**Parágrafo Sexto** - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

**Parágrafo Sétimo** - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

**Parágrafo Oitavo** - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

**Parágrafo Nono** - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

**Parágrafo Décimo** - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

**Parágrafo Décimo Segundo** - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

**Parágrafo Décimo Terceiro** - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO**

Para fins de publicidade, o extrato do contrato será publicado pela **CEDAE** na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Após sua assinatura, uma cópia deste contrato deverá ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, conforme Deliberação TCE-RJ n. 280/2017.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - EXIGÊNCIAS LEGALMENTE OBRIGATÓRIAS**



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br





A CONTRATADA indica como responsável pelos serviços, ora contratados, Sr<sup>a</sup>. LORENA GUIMARÃES BORBA DE LIMA, portadora da carteira de Identidade nº 28351256-4 DIC RJ, inscrita no CPF sob n. 989.844.381-20, que fica autorizada a representá-la, perante a CEDAE, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

**Parágrafo Primeiro** - A CONTRATADA obriga-se a manter o profissional indicado na Cláusula anterior como Responsável na direção dos trabalhos até o final da sua execução. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro, a juízo exclusivo da CEDAE, de igual lastro de experiência e capacidade.

**Parágrafo Segundo** - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da contratada, o termo de referência e os documentos anexos a este contrato, como se neles tivessem transcritos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA VIGÉSIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 07 de Junho de 2018.

Pela CEDAE:

  
**JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD**  
Diretor Presidente

  
**RENATO CABRAL MOREIRA**  
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Pela CONTRATADA:

  
**LORENA GUIMARÃES BORBA DE LIMA**  
Sócia Administradora

TESTEMUNHAS:

Ref. Contr-VIGFAT-PAETRIMONIAL-LTDA-gestao-de-servicos-de-protecao-patrimonial-LOTE-II-DI-007-18-VB



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br





# ANEXO



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
[www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)





## ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

### LOTE II

#### VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DESARMADA

QUANTIDADE DE POSTOS 12X36		VALOR POSTO	VALOR MENSAL	VALOR 180 DIAS
DIURNO (7 às 19h)	29	R\$ 8.805,21	R\$ 255.351,09	R\$ 1.532.106,54
NOTURNO (19 às 7h)	29	R\$ 9.602,29	R\$ 278.466,41	R\$ 1.670.798,46
TOTAIS	58			R\$ 3.202.905,00

### TOTAL LOTE II

DESCRIÇÃO DO POSTO	VALOR TOTAL 180 DIAS
VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DESARMADA DIA E NOITE	R\$ 3.202.905,00
TOTAL GERAL	R\$ 3.202.905,00





ASSISTENCIA ESPECIAL DE CONTABILIDAD  
AJC-2



## Secretaria de Estado do Ambiente

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** TERMO ADITIVO Nº 22/2018 - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2017 - INEA assinado em 04/07/2017.  
**PARTES:** INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE e ENGESAN ENGENHARIA E SANEAMENTO S/C LTDA. **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 08/2017-INEA, relativo a "SERVIÇO CONTÍNUO DE ESGOTO (ETE) - FAZENDA ERMITAGE - TERESOPOLIS-RJ". O prazo de execução passará de 18/07/2018 para 18/07/2019 e o prazo de vigência passará de 10/09/2018 para 10/09/2019, para 18/07/2019 e o prazo total de 25 (vinte e seis) meses. **VALOR:** R\$ 566.187,05 (quinhentos e sessenta e seis mil cento e oitenta e sete reais e cinco centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 19/07/2018. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.389/2018 (Dispensa de Licitação nº 007/2018 - DF -).  
\*Omitido no D.O. de 08/08/2018.

Id: 2122186

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGE/FEISAL/00148306

**NOME:** Jack Pimentel Makhoua, CPF nº: 124.358.947-75, ENDEREÇO: Rua Aroldino Pereira Neves, 351 - Centro - Nova Iguaçu - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 75 da Lei nº 3.467, de 14/09/2000. **PENALIDADE:** Suspensão da atividade de extração de água. **PROCESSO Nº E-07/002.584/2017.**

Id: 2122322

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

## AVISO

**ERRATA 03**  
**A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE** - INEA comunica aos interessados que, em atendimento ao Edital de Licitação Nacional CN nº 01/2017 para "REGISTRO DE EMPRESAS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS PARA CONTROLE DE INUNDAÇÕES DO CENTRO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS-RJ" - PATRIATINO" sofreu alterações.  
A Errata 03 encontra-se disponível no site do INEA [www.inea.rj.gov.br](http://www.inea.rj.gov.br), podendo, alternativamente, ser adquirida junto à Avenida da Venezuela, nº 110, 4º Andar, Sala 404, Saúde, Rio de Janeiro/RJ. O Plead permanece anexo SINE DIE.

Id: 2122325

## SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDAE Nº 056/2018 (DF).  
**PARTES:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a SALL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.  
**OBJETO:** "AQUISIÇÃO DE Sulfato de Alumínio Líquido para AS ETAS GUANDU E TAQUARA".  
**PREÇO:** 360 (trezentos e sessenta) dias.  
**VALOR:** R\$ 10.912.000,00 (dez milhões, novecentos e doze mil reais).  
**DATA DE ASSINATURA:** 18/07/2018.  
**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.317/2017 (Pregão Eletrônico nº 313/2018).

Id: 2122334

## SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDAE Nº 056/2018 (DF).  
**PARTES:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a BAUMANN QUÍMICA NINE LTDA.  
**OBJETO:** "AQUISIÇÃO DE Sulfato de Alumínio Líquido para AS ETAS GUANDU E TAQUARA".  
**PREÇO:** 360 (trezentos e sessenta) dias.  
**VALOR:** R\$ 13.400.000,00 (treze milhões e quatrocentos mil reais).  
**DATA DE ASSINATURA:** 18/07/2018.  
**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.317/2017 (Pregão Eletrônico nº 313/2018).

Id: 2122329

## SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDAE Nº 057/2018 (DF).  
**PARTES:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a QUIMREAL - REAL INDUSTRIA QUÍMICA LTDA.  
**OBJETO:** "AQUISIÇÃO DE Sulfato de Alumínio Líquido para AS ETAS GUANDU E TAQUARA".  
**PREÇO:** 360 (trezentos e sessenta) dias.  
**VALOR:** R\$ 13.440.200,00 (treze milhões, quatrocentos e quarenta mil e duzentos reais).  
**DATA DE ASSINATURA:** 18/07/2018.  
**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.317/2017 (Pregão Eletrônico nº 313/2018).

Id: 2122332

## SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDAE Nº 071/2018 (DF).  
**PARTES:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a IMAGINA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - EPP.  
**OBJETO:** "GESTÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES DA CEDAE, LOTE I - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA DIA E NOITE E SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO OPERACIONAL - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO".  
**PREÇO:** 180 (cento e oitenta) dias.  
**VALOR:** R\$ 4.178.710,00 (quatro milhões, cento e setenta e oito mil setecentos e dez reais).  
**DATA DE ASSINATURA:** 07/06/2018.  
**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.389/2018 (Dispensa de Licitação nº 007/2018 - DF -).  
\*Omitido no D.O. de 08/08/2018.

Id: 2122331

## SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDAE Nº 071/2018 (DF).  
**PARTES:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a VIGPAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.  
**OBJETO:** "GESTÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES DA CEDAE, LOTE I - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA DIA E NOITE - DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO".  
**PREÇO:** 180 (cento e oitenta) dias.  
**VALOR:** R\$ 3.202.505,00 (três milhões, duzentos e dois mil novecentos e cinco reais).  
**DATA DE ASSINATURA:** 07/06/2018.

Id: 2122331

**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.389/2018 (Dispensa de Licitação nº 007/2018 - DF -).  
\*Omitido no D.O. de 08/08/2018.

Id: 2122335

## SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDAE Nº 072/2018 (DF).  
**PARTES:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a VERDE GESTÃO DE SERVIÇOS E RESÍDUOS EIRELI.  
**OBJETO:** "GESTÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES DA CEDAE, LOTE III - SERVIÇOS DE VIGIA DIA E NOITE E RECEPCIONISTAS - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E LOTE IV - SERVIÇOS DE VIGIA DIA E NOITE - DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO".  
**PREÇO:** 180 (cento e oitenta) dias.  
**VALOR:** R\$ 4.315.521,36 (quatro milhões, trezentos e quinze mil quinhentos e vinte e um reais e trinta e seis centavos).  
**DATA DE ASSINATURA:** 07/06/2018.  
**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.389/2018 (Dispensa de Licitação nº 003/2018 - DF -).  
\*Omitido no D.O. de 08/08/2018.

Id: 2122336

## SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato CEDAE Nº 098/2018 (DF).  
**PARTES:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a Sra. LEDA DOS SANTOS RIBEIRO.  
**OBJETO:** "Locação do imóvel situado à Rua Salm Salom Bichara, 213, Centro, Carapicuí, Rio de Janeiro".  
**PREÇO:** 60 (sessenta) meses.  
**VALOR:** R\$ 48.082,92 (quarenta e oito mil oitenta e dois reais e novecentos e dois centavos).  
**DATA DE ASSINATURA:** 23/07/2018.  
**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-30/303.507/2002 (Dispensa de Licitação - DL nº 005/2018 - DF -).  
\*Omitido no D.O. de 24/07/2018.

Id: 2122339

## SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Aditivo nº 06 ao CONTRATO CEDAE nº 054/2014 (DF).  
**PARTES:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a TRD SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA.  
**OBJETO:** Prorrogação do prazo contratual, acréscimo de 02 (duas) semanas, correspondente ao percentual de aproximadamente 1,62% (um vírgula sessenta e dois por cento) do valor do contrato e alteração da razão social da Contratada com a consequente atualização do preâmbulo do contrato original.  
**PREÇO:** 180 (cento e oitenta) dias.  
**VALOR:** R\$ 7.328.047,56 (sete milhões, trezentos e vinte e oito mil quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).  
**DATA DE ASSINATURA:** 10/05/2018.  
**FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-17/100.108/2014 (Pregão Eletrônico nº 043/2014).  
\*Omitido no D.O. de 11/05/2018.

Id: 2122337

## SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

## AVISO

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** TP Nº 104/2018-ASL-1.1.  
**OBJETO:** "CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA PARA SÃO SEBASTIÃO DO ALTO".  
**DIA:** 17/08/2018 - HORÁRIO: 11:00 h.  
**LOCAL:** Av. Presidente Vargas, 2655 - Térreo - Sala de Licitações  
**VALOR ESTIMADO:** R\$ 308.674,17.  
O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site [www.cedae.com.br/licitacao](http://www.cedae.com.br/licitacao), podendo, alternativamente, ser retirado mediante permissão de duas cópias de papel tamanho A4 - 75g/m², no endereço supramencionado, onde os interessados também poderão obter todas as informações sobre a licitação, no horário de 9h às 12h e das 14h às 17h ou pelos telefones (XX) 21 2332-3829/2332-3828.

Id: 2122320

## SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

## AVISO

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 346/2018 - ASL-OP.  
**OBJETO:** "AQUISIÇÃO DE CROMATÓGRAFO LÍQUIDO DE ALTA PERFORMANCE ACOPLADO A ESPECTROMETRO DE MASSAS MS-MS TRIPLE QUADRUPOLO (LC-MS-MS)".  
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), a Errata 01, com as alterações efetuadas no edital do Pregão Eletrônico em epígrafe. Comunicamos ainda que a licitação terá sua data de realização adiada para o dia 14/08/2018, às 15:00 horas no mesmo local anteriormente divulgado.

Id: 2122304

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

## AVISO

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 353/2018 - ASL-OP.  
**OBJETO:** "SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, ATRAVÉS DE EQUIPAMENTOS DE SUÇÃO, ASPIRAÇÃO E HIDROJATEAMENTO DE ALTA PRESSÃO, DO SISTEMA DE TAMENTO SANITÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, BAIXADA DE LANCES: 15/08/2018 Horário: 11:00 horas  
**DATA DA ETAPA DE LANCES:** 15/08/2018 Horário: 11:00 horas  
**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)  
**VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 25.032.250,92

Id: 2122345

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site [www.cedae.com.br/licitacao](http://www.cedae.com.br/licitacao), podendo, alternativamente, ser retirado mediante permissão de duas cópias de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831 no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato nº 001/2018.  
**PARTES:** INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ITERJ e a EMPRESA TELEMAR NORTE LESTE S/A.  
**OBJETO:** Prestação de serviços relacionados a serviços de Telefonia Fixa Comutada STFC, conforme Termo de Referência - Anexo I e o Lote 1.

**DATA DE ASSINATURA:** 30 de julho de 2018.  
**VALOR:** R\$ 1.984,63 (um mil novecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos) mensais, totalizando anualmente o valor de R\$ 23.815,56 (vinte e três mil oitocentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos).  
**PREÇO:** 12 (doze) meses contados a partir de 07/07/2018, com término em 06/07/2019.  
**RECURSOS:** Programa de Trabalho 2433.21.122.002.8021.  
**NATUREZA DA DESPESA:** 339039-44 - Fonte de Recurso: 100.  
**FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/02/0158/2018.

Id: 2122308

## Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Primeiro Termo Aditivo de Alteração Quantitativa e Qualitativa do Objeto de Prorrogação de Prazo do Contrato nº 02/2018. **PARTES:** Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA e a Empresa FOCO OPINIAO E MERCADO LTDA. **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a alteração quantitativa e qualitativa do Contrato nº 02/2018, relativo à Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Coleta, Acompanhamento e Organização de Dados de Monitoramento, Avaliação e Gestão do Projeto Rio Rural, presente no Processo Administrativo SEAPPA nº E-02/001367/2015. **PREÇO:** Pelo presente instrumento e, em observância à Organização de Dados de Monitoramento, Avaliação e Gestão do Projeto Rio Rural, o Contrato passará a ter sua vigência a partir de 28/11/2018. **VALOR:** Da-se a este contrato o valor de R\$ 622.936,44 (seiscentos e vinte e dois mil novecentos e trinta e seis reais e quarenta e quatro centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 15/06/2018. **FUNDAMENTO:** Inciso II do art. 65 e seu § 2º, inciso II, topos da Lei nº 8.636/93, e alterações.  
\*Omitido no D.O. de 09/07/2018.

Id: 2122340

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

## SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO

## CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

## EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Primeiro Termo de Adesão ao Contrato nº 054/2012, de prestação de serviços contínuos de segurança e vigilância institucional armada.  
**PARTES:** Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro - CEASA - RJ e PERSOANA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.  
**OBJETO:** Resgate do valor do Contrato em 4,06% (quatro inteiros e seis centésimos por cento), referente à aplicação do índice pertinente à convenção coletiva de trabalho, com efeito retroativo ao período de março/2018 a fevereiro/2018.  
**VALOR MENSAL ATUALIZADO:** R\$ 14.700,45 (quatorze mil setecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).  
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 65, § 3º, da Lei nº 8.636/93.  
**AUTORIZAÇÃO:** Processo nº E- 06/21108/2012.

Id: 2122349

## Secretaria de Estado de Cultura

## EDITAL

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 148, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, torna público o deferimento do recurso administrativo interposto para inscrição do projeto cultural em caráter excepcional, como dispõe a Lei nº 1954/92 através do Decreto nº 44.013/2013, conforme abaixo:

Área Cultural: Audiovisual

- 01 - Número do processo E-15/001100024/2018  
II - Título do projeto Game XP  
III - Nome /Razão Social Game Experience Eventos Ltda. do proponente  
IV - CPF/CNPJ do proponente 14.028.939/0001-81  
V - Produção Cultural Nacional

Id: 2122322

## Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato nº 005/2018.  
**PARTES:** O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude e a empresa COMALTA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP.  
**DATA DA ASSINATURA:** 31/07/2018.  
**OBJETO:** Prestação de serviços de realização dos eventos promovidos pela Secretaria de Estado de Esporte Lazer e Juventude, para eventos para acontecer no prazo estimado de 12 (doze) meses, para atender as necessidades do Programa Esporte e Lazer na Cidade - PELC, na forma do Termo de Referência, do instrumento convocatório e deste Contrato.  
**PREÇO:** 12 (doze) meses.  
**VALOR:** R\$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais).  
**FUNDAMENTO:** Processo nº E-30/001.557/2017. Lei Federal nº 8.666/93.

Id: 2122329

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal [www.io.rj.gov.br](http://www.io.rj.gov.br).  
Assinado digitalmente em Quarta-feira, 01 de Agosto de 2018 às 00:19:31 -0300



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

\* INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 071/2018 (DF).  
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE - e a VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.  
OBJETO: "GESTÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES DA CEDAE, LOTE II:  
SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA DIA E NOITE - DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO".  
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.  
VALOR: R\$ 3.202.905,00 (três milhões, duzentos e dois mil, novecentos e cinco reais).  
DATA DE ASSINATURA: 07/06/2018.  
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-07/100.389/2018 (Dispensa de Licitação nº 007/2018 - DF -).  
\* Omitido no D.O. de 08/06/2018.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Luiz Brand', is written over a faint rectangular stamp.